



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

## PROJETO BÁSICO Nº 2/2022 - PRES/DG/STIC/CSCOR/SENGS

### 1 - INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos artigos 6º, inciso IX e 7º, inciso I, ambos da L. 8.666/93 e, ainda, das regras da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008 elabora-se este Projeto Básico para contratação de serviços, o qual observa também, naquilo que aplicável, as regras e diretrizes para contratação bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas na Resolução TSE n. 23.234, de 25/03/2010.

### 2 - OBJETO

Contratação, pelo período de 12 (doze) meses, de pessoa jurídica especializada na prestação do serviço de concessão de **licenças do produto VÍDEO CONFERÊNCIA HD ZOOM BUSINESS** para atender demanda da Justiça Eleitoral de Rondônia.

#### 2.1 DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:

2.1.1 A representação esquemática do objeto está registrada no **QUADRO 1** adiante, complementado pelas demais especificações registradas no documento de Análise de Viabilidade (0801089), na proposta comercial juntada no evento 0803869 e nas demais disposições deste projeto básico.

QUADRO 1			
ITEM	CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
ÚNICO	Serviços - Concessão de <b>licenças ZOOM para o produto Vídeo Conferência HD ZOOM BUSINESS</b> , compreendendo:  Zoom Business Host (até 300 participantes em cada reunião)  Video Conference via Mac/ IOS/ Windows/ Android/ Linux (Smartphone/ Tablet/IPAD PC/ Mac/ Notebook)  Uso ilimitado - 24 horas  Números de conferencia via Telefone Fixo em SP, RJ e números no Mundo  Até 300 Two-Way (Full Duplex)  Dashboard de Admin de Usuários/Relatórios  Single sign-on (SSO)  Branding da Empresa  E-mail Personalizado  API 1 Gb Storage por usuário para gravação de reuniões  Implantação e treinamento  Suporte Remoto (limitados a 4h de acionamento mensal)	LICENÇAS ANUAIS	10

2.1.2 Os serviços deverão ser executados de acordo com as regras e condições definidas neste projeto básico, na proposta comercial juntada no evento 0803869 e, observando-se, ainda:

I - A contratada deverá liberar as licenças no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o recebimento da nota de empenho, sendo este marco temporal adotado como data-base para fins de apuração do período de 12 (meses) de efetiva disponibilização dos serviços.

II - Os dados de acesso deverão ser encaminhados para os cscor@tre-ro.jus.br e eduardo.gil@tre-ro.jus.br, dentro do prazo definido para disponibilização dos acessos;

III - A assinatura deverá ser realizada em nome do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia;

IV - Os serviços serão prestados em âmbito nacional, em todas as localidades que demandarem acessos a eventos;

V - A Contratada deverá oferecer, em formato eletrônico, guias e manuais para utilização do sistema, os quais podem estar disponíveis no seu próprio sítio eletrônico;

VI - A contratada deve garantir suporte remoto, nos termos e limites de sua proposta.

VII - A contratada deve garantir suporte técnico permanente e especializado através de canais de atendimento, tais como: e-mail, telefone, Skype ou Chat.

### 3 - JUSTIFICATIVA

#### 3.1 DA NECESSIDADE:

Os órgãos públicos têm buscado alternativas para manter os seus serviços disponíveis à população, realizando muitas de suas atividades de forma telepresencial.

Esse movimento é incentivado pelos órgãos de controle externo do Judiciário - como o CNJ - ao recomendarem formalmente o teletrabalho e o uso de ferramentas para atendimento on-line. São exemplos disso tanto a Portaria CNJ nº 61, de 31 de março de 2020, que instituiu plataforma emergencial de videoconferência para realização de audiências e sessões de julgamento nos órgãos do Poder Judiciário, quanto a Resolução CNJ nº 372 de 12 de fevereiro de 2021, que regulamenta a criação de plataforma de videoconferência denominada "Balcão Virtual."

No âmbito corporativo a utilização de videoconferências - que já vinha sendo uma ferramenta complementar para diversos eventos - se intensificou de forma drástica, sendo atualmente a única ferramenta eficaz para manter o distanciamento social com a adoção do teletrabalho imposto pela pandemia da COVID-19.

A contratação busca atender demanda da Justiça Eleitoral de Rondônia consistente na aquisição de solução apropriada para realização de videoconferências pela Internet. A ferramenta se tornou imprescindível com o distanciamento social e advento do teletrabalho imposto pela pandemia da COVID-19.

Uma assinatura da ferramenta de videoconferência Zoom está vigente até o dia 13/04/2022. Por isso a contratação da solução de TIC descrita neste projeto básico visa atender à demanda da STIC a partir de **14/04/2022**.

A ferramenta que se busca deverá atender às seguintes configurações:

I - Permitir no mínimo 10 anfitriões ao mesmo tempo;

II - Incluir até 300 participantes por reunião;

III - Suporte telefônico dedicado;

IV - Pannel de instrumentos do administrador;

V - Transmissão ao vivo para o Youtube;

VI - Gravação em nuvem(1 GB por usuário).

4 - CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DISCIPLINADA PELA RESOLUÇÃO CNJ N. 182/2013.

4.1 Tratando-se de licenças de *softwares*, esta contratação está enquadrada no conceito de **Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação** definida pelo Art. 2º, inciso XXVI, da Resolução CNJ n. 182/2013.

4.2 Referido normativo prevê que as contratações dessa natureza serão antecedidas por uma fase de planejamento (Art. 6º), não sendo dispensado os **estudos preliminares** mesmo nos casos de inexigibilidade ou dispensa de licitação (art. 12, incisos I e II). As etapas dos estudos preliminares estão listadas no § 1º do artigo 12.

4.3 Contudo, para valores até o limite de convite (art. 23, inciso II, "a", da Lei n. 8.666/93), atualmente fixados em R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), o § 3º do referido Artigo 12 da Resolução CNJ n. 182/2013, isenta de obrigatoriedade as etapas dos estudos preliminares listadas nos incisos II, III e IV do referido § 1º.

4.4 Dessa forma, em razão dos valores desta aquisição se situarem nos patamares supra referidos, **resta a obrigatoriedade da etapa de Análise de Viabilidade da Contratação** prevista no inciso I do § 1º, do art. 12, documento elaborado pela Equipe de Planejamento designada (evento 0739909 e juntado a este processo no evento 0801089).

4.5 Após analisar os requisitos do negócio da área demandante, os integrantes técnicos da Equipe de Planejamento, após comparação realizada com as demais soluções disponíveis no mercado, apontaram o *software* para vídeo conferências - Comercial Pro da ZOOM como aquele que atende todas as necessidades de negócio registradas no item 2.5 da Análise de Viabilidade.

5 - ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

5.1 A presente solicitação foi elaborada com base nos princípios do planejamento, da objetividade, da eficiência e da qualidade, conforme demonstrado a seguir.

5.2 **Princípios da objetividade e eficiência:** Este documento dá ciência a alta administração do TRE-RO no sentido de que conheça as necessidades reportadas a esta Secretaria e caso autorizado, possibilite a imediata aquisição dos equipamentos solicitados.

5.3 A proposta aqui apresentada contribui para o alcance dos Objetivos Estratégicos traçados pela Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) 2021-2026 estabelecida pelo CNJ, do Planejamento Estratégico do TRE-RO e está inscrita no Plano de Contratações de TIC:

**ENTIC-JUD 2021-2026 - Resolução CNJ n. 370, de 28/01/2021:**

Promover a Transformação Digital

Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas

**Planejamento Estratégico do TRE:**

A presente demanda, resulta diretamente da necessidade de se manter uma condição padrão atingida, incorporada a rotina do Tribunal, as sessões plenárias e as reuniões virtuais, e é consentânea, ao menos, com o seguinte objetivo do PEI 2021-2026:

*Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados*

**5.4 Planos de Contratação:**

**5.4.1 Plano de contratações de TIC 2021:**

A iniciativa foi devidamente prevista e inscrita no [Plano de Contratações de TIC para 2022](#), sob a identificação 2022-C07. Aludido plano encontra-se publicado no portal da transparência do TRE-RO, Quadro 2 (continuidade de serviços).

**5.4.2 PAC 2021:**

Também em sintonia com o planejamento das contratações institucional, registra-se que a pretensão encontra **previsão no [Plano Anual de Contratações de 2022- PAC2022](#)** do Tribunal item 43 da planilha juntada no evento 0804233.

6 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

6.1 Considerando as regras previstas no art. 5º da IN nº 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, esta seção não exigiu referidos critérios para todos os itens desta contratação, pois trata, primeiramente, de regra facultativa, entendimento extraído do próprio texto de lei. Vale destacar, também, que a matéria ainda não foi regulamentada no âmbito deste Tribunal.

6.2 De acordo com o artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015, já revogada, os órgãos do Poder Judiciário deveriam criar unidades ou núcleos socioambientais. Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 425/2017, de 7.7.2017. Essa comissão está tratando justamente dos estudos para implementação de critérios de sustentabilidade nas contratações, o que não impede a sua adoção, quando aplicável.

6.3 Neste Tribunal, o *PLS 2020-2025 foi instituído através da Portaria TRE-RO n. 131/2020. Após consulta ao referido Plano, verificou-se que não há ações e estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável diretamente associadas à contratação destes serviços.*

6.4 Todavia, o **Art. 21 da nova Resolução CNJ n. 400/2021** estatui que as aquisições e contratações realizadas pelos órgãos do Poder Judiciário devem observar os critérios de sustentabilidade quanto aos bens, serviços e obras, citando entre eles alguns que constam da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010 que, de igual forma, também dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

6.5 Nesses termos, serão exigidos os seguintes **requisitos sociais e ambientais** da futura prestadora dos serviços:

- a) Usar equipamentos homologados pela Anatel e ABNT, no que diz respeito a normas ambientais;
- b) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- c) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- d) Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, incluindo práticas de logística reversa;
- e) Dar preferência ao uso de bens constituídos por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448-1 e 15448-2;
- f) Todos documentos ou artefatos gerados pela contratada, salvo manifestação explícita pelo TRE-RO deverão ser entregues em formato digital respeitando-se as normas técnicas.

6.6 A qualquer momento, a fiscalização ou a gestão do contrato poderá realizar diligências e eventualmente notificar a empresa contratada para comprovar o cumprimento dessas exigências.

6.7 Em razão do objeto deste PB e para cumprimento dessas normas, será exigido da contratada que utilize, desde que possível, exclusivamente a via digital para envio de formulários, correspondências e todos os demais documentos decorrentes da execução do contrato.

7 - DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**7.1 DO PROCEDIMENTO PARA A DEFINIÇÃO DOS FORNECEDORES:**

I - Em função da previsibilidade e do valor da contratação, não podem ser utilizadas as regras da Resolução TRE-RO n. 56/2014. Acrescenta-se também que o art. 5º da L. 8.666/93 estabelece que todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional. Em função desse quadro, foi necessário buscar o produto nos eventuais representantes comerciais da ZOOM no Brasil, que oferece o produto básico e alguns itens de serviços agregados e que podem faturar a despesa em reais, na forma da legislação aplicável.

7.2 DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:

I - O valor total estimado desta contratação é de **R\$ 17.600,00** (dezessete mil e seiscentos reais), conforme INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DE VALORES (Eveno SEI n. 0802180).

II - A **Instrução Normativa SG/ME n. 73/2020** dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral. Em seu artigo 7º essa norma prevê que os **processos de inexigibilidade (e de dispensa - pelo comando do § 4º do art. 7º) de licitação** deverão ser instruídos com a **devida justificativa de que o preço** ofertado à administração é condizente com o praticado pelo mercado, em especial por meio de: **a)** documentos fiscais ou instrumentos contratuais de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data da autorização da inexigibilidade pela autoridade competente; **b)** tabelas de preços vigentes divulgadas pela futura contratada em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contendo data e hora de acesso, podendo ainda serem **utilizados outros critérios ou métodos**, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

III - Como a referida norma estabelece em seu art. 5º alguns **parâmetros para balizar a pesquisa de preços**, entre eles, o painel de preços, contratações similares de outros entes públicos, sítios eletrônicos especializados, **pesquisa de preços direta**, optou-se por este último procedimento, entendido como mais efetivo para estimar de forma eficaz o preço dos serviços pretendidos.

IV - Os valores obtidos estão descritos no QUADRO 2 adiante. Após a obtenção das cotações, verificou-se a compatibilidade do menor preço ofertado por meio da comparação com o preço da contratação de serviço bastante similar, único encontrado no Banco de Preços e registrado no quadro adiante.

QUADRO 2					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	WEBSIA  (Proposta juntada no evento 0803869).  Regularidade para contratar: (0805249).	Evolui Conecta  (Proposta juntada no evento 0803866).  Regularidade para contratar: (0805247).
Único	Serviços - Concessão de <b>licenças ZOOM para o produto Vídeo Conferência HD ZOOM BUSINESS</b> (até 300 participantes em cada reunião)	LICENÇAS ANUAIS	10	Valor unitário = 1.760,00  <b>Valor total = 17.600,00</b>  <b>(menor preço)</b>	Valor unitário = 1.899,05  <b>Valor total = 18.990,50</b>

7.3 DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO:

7.3.1 A contratação especificada neste Projeto Básico será custeada pelo Orçamento Ordinário - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa do exercício de 2022, conforme demonstrado no **QUADRO 3** adiante:

QUADRO 3		
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)		20GP 0001
AGREGADOR		Locação e subscrição de software
DESPESA AGREGADA		Assinaturas de softwares diversos (engenharia, edição de imagens e outros)
PLANO INTERNO		TIC LOCSOF
VALOR PARA 2022		<b>R\$ 17.600,00</b>

8 - DA POSSIBILIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR DA DESPESA

8.1 Da aquisição direta - Dispensa de licitação com fundamento no Art. 24, II, da L. 8.666/93:

Tomando-se por base o menor preço obtido de **R\$ 17.600,00** (dezesset mil e seiscentos reais) para a assinatura anual ofertado pela WEBSIA SOLUCOES DISRUPTIVAS, INTELIGENCIAS ASSOCIADAS, TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA, CNPJ 29.246.330/0001-43 e considerando a comprovação de sua regularidade para contratar com o setor público demonstrada pelas certidões juntadas no evento SEI n. 00000, esta equipe de planejamento entende que a contratação pode ser realizada diretamente, com dispensa de licitação, com fundamento no **Art. 24, II, da L. 8.666/93**.

Dados da futura contratada:

**WEBSIA SOLUCOES DISRUPTIVAS, INTELIGENCIAS ASSOCIADAS, TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA.**

**CNPJ** 29.246.330/0001-43.

**Email:** [mayara@websia.com.br](mailto:mayara@websia.com.br) - A/c Maiara - Assistente comercial.

**Endereço:** Rua Cotoxó 1093, 2º andar, Bairro de Perdizes - São Paulo/SP - Telefone: (11) 3815-5233 - CEP: 05021-00.

Dados do representante legal:

Orlando Paulo dos Santos

RG: 8.302.913-8

Órgão Emissor: Santos - SP

CPF: 545.737.698-20

Dados Bancários da empresa:

Banco: Itaú

Agência: 8135

Número da conta-corrente: 18086-0

9 - DO CONTRATO

9.1 O Contrato de fornecimento será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93, complementado pelos termos e condições contidos na proposta da contratada (0803869) e neste projeto básico.

**9.2** Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a Adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

**9.3** A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela Adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela Adjudicatária.

**9.4** A Adjudicatária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

**9.5** Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução da Adjudicatária.

**9.6** O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 64, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

**9.7 Da dispensa de garantia contratual:**

Segundo **Marçal**:  
“A Lei remete à **discricionariedade da Administração a exigência da garantia. Deverá ser exigida apenas nas hipóteses em que se faça necessária. Quando inexistirem riscos de lesão ao interesse estatal, a Administração não precisará impor a prestação de garantia. Mas a exigência da garantia já deverá constar do próprio ato convocatório. Omissis o ato convocatório, a prestação da garantia não pode ser introduzida em momento posterior. É que a prestação da garantia envolve um ônus econômico-financeiro e o licitante necessita conhecer, de antemão, a real extensão de todas as obrigações e custos que recairão sobre ele.” (Marçal - Comentários à lei de licitações e contratos Administrativos - 2º ed, e-book, baseada na 17ª edição impressa, in Thomson Reuters - Revista dos Tribunais).**

Está unidade entende que a garantia poderá ser dispensada em razão do pequeno valor do contrato, aplicando-se, ao caso os critérios de razoabilidade e racionalidade em face dos custos da operação bancária da garantia e, principalmente, pela ineficácia efetiva de garantias inferiores a R\$ 1.000,00 (um mil reais) de acordo com o limite definido pelo Art. 56, § 2º da L. 8.666/93.

**9.8. Do prazo de vigência, da possibilidade de prorrogação, do reajuste e das alterações do contrato:**

- I - Prazo de vigência da contrato: O contrato terá vigência de 12 (meses) contados da efetiva disponibilização dos serviços. O contrato não será prorrogado por não se tratar de serviços contínuos.
- II - Prazo de execução dos serviços: coincidente com o prazo de vencimento das licenças, 12 (doze) meses, a partir da efetiva disponibilização da prestação dos serviços ao contratante.
- Os prazos de início de etapas de execução admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos - devidamente autuados em processo - previstos nos incisos I a VI do § 1º do art. 57, da L. 8.666/93.
- Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.
- III - Possibilidade de reajuste e reequilíbrio: O preço do serviço objeto do contrato não poderá ser reajustado. Admite-se reequilíbrio na forma da L. 8.666/93.
- IV - Possibilidade de alterações: Havendo necessidade, o contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da L. 8.666/93.

**9.9 DAS OBRIGAÇÕES:**

**9.9.1 São obrigações da contratante:**

- I - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas nesta cotação, em especial:
  - a) Não ceder ou transferir os direitos oriundos da aquisição das licenças à terceiros sem a autorização expressa e por escrito da contratada;
  - b) Reconhecer a propriedade intelectual da contratada, com relação às licenças adquiridas, não utilizando os serviços da plataforma para fins não autorizados expressamente pela contratada;
  - c) não efetuar qualquer forma de cópia, reprodução ou modificação do software, sem autorização prévia e por escrito da Contratada;
  - d) Não realizar o arrendamento, aluguel e/ou transferência das licenças contratadas a terceiros, de forma onerosa ou não;
  - e) Não realizar a engenharia reversa, a decompilação e a decomposição do software;
  - f) Não realizar qualquer forma de reprodução e/ou distribuição do software a terceiros de forma onerosa ou não;
  - g) comunicar à contratada qualquer infração ao direito autoral do software, inclusive cooperando na coibição de eventual ilícito cometido por terceiros;
  - h) Indicar o nome do servidor que será o administrador das licenças e também para interlocução com a contratada durante a vigência da assinatura.
- II – Expedir a nota de empenho no valor da contratação e enviá-la à contratada;
- III - Fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução do objeto do contrato;
- IV - Receber os serviços da assinatura anual, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o início da disponibilização dos serviços;
- V – Rejeitar os serviços da assinatura anual, na eventualidade da contratada não disponibilizar, de forma injustificada, os acessos aos serviços objeto da contratação ou fazê-lo em desacordo com as regras desta cotação de preços;
- VI - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- VII - Notificar a contratada em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas no contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, se injustificadas;
- VIII - Aplicar à contratada as sanções legais, regulamentares e contratuais;
- IX - Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela contratada;
- X – Realizar o pagamento antecipado da assinatura anual à contratada, observadas as seguintes regras:
  - a) A contratada deverá apresentar nota fiscal/fatura em conformidade com o preço contratado;
  - b) O pagamento será realizado mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em favor da contratada, na conta-corrente indicada na proposta comercial, em até 5 (cinco) dias úteis após as permissões de acesso e a disponibilização e dos serviços, e atestação da nota fiscal/fatura pelo fiscal do contrato;
  - c) No ato do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar regularidade fiscal e trabalhista e do CNJ;
  - d) O contratante fará as retenções legais aplicáveis;
  - e) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)/365$   $I = (6/100)/365$   $I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

f) Eventual compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

**g) Justificativa para a possibilidade de pagamento antecipado:** O Art. 15, inciso III, da Lei n. 8.666/93 estabelece uma regra geral para as aquisições públicas, dispondo que essas devem se submeter às condições de aquisição e pagamento semelhantes àquelas do setor privado. Assim, o pagamento da assinatura anual será realizado de forma antecipada, tão logo iniciada a prestação dos serviços pela contratada.

XI - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

**9.9.2 São obrigações da contratada:**

a) Liberar as licenças no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o recebimento da nota de empenho;

b) Disponibilizar ininterruptamente o acesso à plataforma. Os dados de acesso deverão ser encaminhados para os e-mails: [escor@tre-ro.jus.br](mailto:escor@tre-ro.jus.br) e [eduardo.gil@tre-ro.jus.br](mailto:eduardo.gil@tre-ro.jus.br), dentro do prazo definido para disponibilização dos acessos;

c) Oferecer suporte técnico remoto na forma prevista em sua proposta;

d) Garantir a operacionalidade do serviço 24 horas por dia, durante 07 dias da semana. Caso haja qualquer manutenção, deverá informar com 24 horas de antecedência;

e) Realizar a assinatura em nome do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia;

f) Oferecer, em formato eletrônico, guias e manuais para utilização do sistema, os quais podem estar disponíveis no seu próprio sítio eletrônico;

g) Possibilitar o gerenciamento de todos os acessos, na forma indicada em sua proposta.

II - Iniciar os serviços no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados da assinatura do contrato, sendo este marco temporal adotado como data-base para fins de apuração do período de 12 (meses) de efetiva disponibilização dos serviços, sob pena das sanções descritas nesta cotação de preços;

III – Apresentar a nota fiscal/fatura dos serviços para pagamento;

IV - Comunicar por escrito eventual atraso ou anormalidade que possa interromper ou paralisar a prestação dos serviços, prestando os esclarecimentos e justificativas ao contratante;

V - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante;

VI - Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio do contratante ou de terceiros, desde que advindo de sua culpa dolo na prestação dos serviços, ainda que de forma involuntária;

VII - Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, criminal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

VIII - Não transferir a outrem o objeto do contrato;

IX – Manter-se, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação;

X - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do seu valor, na forma do artigo 65,§ 1º, da Lei n. 8.666/93, observado, ainda:

XI - Sujeitar à ampla fiscalização da contratante, inclusive respondendo a todas as solicitações e diligências que se fizerem necessárias.

**9.10 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**9.10.1** O descumprimento injustificado das obrigações registradas neste projeto básico e na proposta comercial, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:

I - Descumprir o prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após o recebimento da nota de empenho para liberar as licenças do produto:

a) Até 5 (cinco) dias corridos de atraso: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

b) De 6 (seis) a 15 (quinze) dias corridos de atraso: multa de 20% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

c) Atraso superior a 15 (quinze) dias corridos: multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

II – Interromper a prestação dos serviços objeto do contrato:

a) Até 5 (cinco) dias de interrupção: atrasos: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

b) De 6 (seis) a 15 (quinze) dias de interrupção: atrasos: multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;

c) Interrupção superior a 15 (quinze) dias corridos: multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

III – Deixar de prestar suporte ou prestá-lo de forma ineficaz, contrariando as condições estabelecidas no contato:

a) Primeira ocorrência: multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato;

b) Segunda ocorrência: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

c) Terceira ocorrência: multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;

d) quarta ocorrência: multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

IV - Descumprir as demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:

a) Primeiro descumprimento: multa de 5% (dois por cento) sobre o valor do contrato;

b) De 2 (dois) a 5 (cinco) descumprimentos: multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;

c) Mais de 5 (cinco) descumprimentos: multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

6.2 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total injustificada das obrigações estipuladas nesta cotação, com fundamento no Artigo 87 da Lei n. 8.666/93, poderão ser aplicadas à contratada as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, fixada de forma proporcional à extensão e gravidade da inexecução perpetrada;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

6.3 - O valor da multa ou condenação, eventualmente aplicadas à contratada, deverá ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80).






- 6.4 - O valor da multa ou condenação, eventualmente aplicadas à contratada, deverá ser automaticamente descontada do pagamento da fatura a que fizer jus.
- 6.5 - No caso do valor do crédito a que fizer jus a contratada não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);
- 6.6 - Caso a contratada não tenha créditos a receber deste Tribunal, o valor da multa ou condenação, eventualmente aplicadas a mesma, deverá ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);
- 6.7 - Caso a contratada não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste PB, seu valor será corrigido com juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, conforme determina o art. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e o Acórdão n. 1.603/2011 do Tribunal de Contas da União.
- 6.8 - Se a contratada não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).
- 6.9 - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02);
- 6.10 - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE/RO – CAI2.
- 6.11 - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.
- 6.12 - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida IN TRE/RO n. 004/08, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

**9.11 Da gestão e fiscalização do contrato:**

- 7.1 - A fiscalização do contrato será exercida pelo chefe da Seção de Engenharia de Serviços - SENGs. a gestão do contrato será exercida pelo titular da Coordenadora de Soluções Corporativas - CSCOR ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.
- 7.2 - A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.
- 7.3 - Os procedimentos adotados são os previstos nesta cotação de preços, na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008 e na legislação em vigor.

**10. ANEXOS**

10.1 Os documentos que se constituem de anexos deste PB estão todos referidos e linkados com os respectivos números dos eventos no SEI.

	Documento assinado eletronicamente por <b>MARCO YÊRCO MENDIZABEL CABRERA, Coordenador(a)</b> , em 23/03/2022, às 16:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.
	Documento assinado eletronicamente por <b>ERMESON DE OLIVEIRA LAURINDO, Chefe de Seção</b> , em 23/03/2022, às 16:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.
	Documento assinado eletronicamente por <b>LÚCIO FAGNER SANTOS NASCIMENTO, Chefe de Seção</b> , em 23/03/2022, às 17:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.
	Documento assinado eletronicamente por <b>Roberto Azevedo Andrade Júnior, Técnico Judiciário</b> , em 23/03/2022, às 17:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.
	A autenticidade do documento pode ser conferida no site <a href="http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao">http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao</a> informando o código verificador <b>0804046</b> e o código CRC <b>5ECA4254</b> .